



1. DADOS GERAIS – UNIDADE JURISDICIONADA

1.1– NOME COMPLETO

Secretaria de Qualidade Ambiental.

1.2– NÚMERO DO CNPJ

37.115.375/0005-30

1.3– NATUREZA JURÍDICA

Administração Direta – Poder Executivo Federal

1.4– VINCULAÇÃO MINISTERIAL

Ministério do Meio Ambiente

1.5– ENDEREÇO DA SEDE

Esplanada dos Ministérios – Bloco B – 8º andar – CEP 70.068-901 – Brasília - DF
Telefones: (61) 4009-1204, 4009-1230 – Fax (61) 4009-1760

1.6– ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA *INTERNET*

www.mma.gov.br/port/sqa/index.cfm

1.7– CÓDIGO E NOME DO ÓRGÃO E GESTÕES UTILIZADAS NO SIAFI

Unidade Gestora : 440031 – Secretaria de Qualidade Ambiental.

Gestão: 000001 – Tesouro

Unidade Gestora Secundária: 440076 – Apoio ao Fortalecimento Sistema de
Licenciamento Ambiental.

Gestão: 000001 - Tesouro

1.8– NORMA DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA

Norma de Criação : Lei Nº 10.683 de 28 de maio de 2003

Finalidade:

Secretaria de Qualidade Ambiental compete:

I- propor políticas e normas, definir estratégias nos temas relacionados com:

a) a política ambiental urbana;

b) o gerenciamento ambiental urbano das áreas costeiras;

c) as diferentes formas de poluição, degradação ambiental e riscos ambientais;

d) os resíduos danosos à saúde e ao meio ambiente;

e) a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental;



- f) o monitoramento da qualidade do meio ambiente;
- g) o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão ambiental; e
- h) o desenvolvimento de matriz energética ambientalmente adequada;

- II- propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;
- III- acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na área de sua competência;
- IV- formular, propor e implementar políticas de prevenção e atendimento a situação de emergência ambiental;
- V- coordenar as ações do Ministério relacionadas às mudanças climáticas;
- VI- coordenar a participação brasileira nas atividades relacionadas ao Foro Intergovernamental de Segurança Química;
- VII- coordenar a cooperação técnica e científica com entidades nacionais e internacionais na área de sua competência;
- VIII- coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na área de sua competência;
- IX- desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo; e
- X- executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

1.9– NORMA QUE ESTABELECE A ESTRUTURA ORGÂNICA

Decreto Nº 5.776 de 12 de maio de 2006

1.10– PUBLICAÇÃO NO DOU DO REGIMENTO INTERNO

Portaria Ministerial Nº 256 de 09 de julho de 1999 , publicada no DOU de 12 de julho de 1999.



2. PROGRAMA: 0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

2.1– OBJETIVOS:

2.1.1– Objetivo Geral

Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País.

2.2 – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

2.2.1 – Nome

Taxa de Zoneamento do Território Nacional.

2.2.2 – Descrição

Porcentagem do território nacional continental com proposição de diretrizes de uso e ocupação.

2.2.3 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
	X	

2.2.4 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Área do território nacional continental com proposição de diretrizes de uso e ocupação / área do território continental x 100.

2.2.5 – Avaliação do Resultado

Programa gerenciado pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável.

2.3 - GERENTES

2.3.1 – Gerente do Programa

Roberto Ricardo Vizentim

2.3.2 – Gerente Executivo do Programa

Marcos Estevam Del Prette



2.4 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2970 – Zoneamento ecológico-econômico da Zona Costeira

2.4.1– Objetivo

Sistematização e ampliação do nível de conhecimento sobre a dinâmica sócio-ambiental e tendências de uso dos espaços litorâneos, com estabelecimento de cenários e proposta de planejamento territorial.

2.4.2– Descrição

Conclusão do zoneamento (diagnóstico e cenários prospectivos de uso desejado), como suporte à mediação de conflitos de usos da zona costeira.

2.4.3– Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
proposta de zoneamento costeiro por estado e/ou trecho litorâneo	unidade	9	6

2.4.4– Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
217.000	13.980	203.020	203.020	203.020

2.4.5– Resultados Alcançados

1 Identificação de metodologias, procedimentos e normas para a integração dos instrumentos de gestão de recursos hídricos com os de gerenciamento costeiro.

2 Realização de duas reuniões técnicas (Vitória/ES e Brasília/DF) avançando sobre três pontos principais: (i) elaboração de uma minuta de resolução para construção de planos de bacias em zonas costeiras; (ii) definição de um 'estudo de caso' no Espírito Santo, na bacia do Piraquê-Açu, para aplicação / integração dos instrumentos de gestão; (iii) sugestão para alteração do Termo de Referência (parte integrante da Resolução 2000 / ANA) para inserção das variáveis relativas ao gerenciamento costeiro.

3 Realização de uma primeira oficina para discussão de indicadores de qualidade ambiental da zona costeira e marinha, tendo em vista a estruturação do Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira e Marinha, instrumento previsto no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

4 Realização de um workshop nacional 'Diretrizes técnicas, políticas e institucionais para o gerenciamento costeiro nas esferas federal e estadual', reunindo as dezessete coordenações estaduais. No evento foi possível identificar, de forma sumarizada, a situação e a demanda dos estados relativas ao gerenciamento costeiro e marinho, destacando-se aspectos de comunicação / difusão sobre os produtos gerados e a retomada do acompanhamento por parte da Coordenação Nacional.

5 Até o momento foram concluídos os produtos voltados à consolidação, aperfeiçoamento e elaboração de uma proposta para a estruturação de um curso de 'Qualidade Ambiental e Atividade Portuária no Brasil'. Ofertados cursos de 'Qualidade Ambiental e Atividade Portuária' junto aos



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2006

portos e terminais de Fortaleza e Pecém, no Estado do Ceará; nos portos e terminais de Ilhéus, Aratu e Salvador, em Salvador/BA; e dos portos de Itajaí, São Francisco do Sul e da Companhia Docas de Imbituba, em Florianópolis/SC.

2.4.6– Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

2.4.7– Responsável pela Implementação

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



3. PROGRAMA: 0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

3.1– OBJETIVOS

3.1.1 Objetivo Geral

Conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função sócio-ambiental em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação

3.2– INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

3.2.1– Nome

- Número-Índice de Imóveis Regulares
- Taxa de Evolução da Receita
- Variação da Arrecadação Patrimonial

3.2.2 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
	X	

3.2.3– Fórmula de Cálculo e Método de Medição

- Relação entre o número de imóveis da União em estado regular (cadastrados e recadastrados) no ano e o número desses imóveis no ano base, multiplicado por 100.
- Relação percentual entre a receita patrimonial no ano e a receita patrimonial no ano anterior.
- Somatório dos valores totais arrecadados por foros, laudêmos, taxas de ocupação de imóveis, aluguéis, arrendamentos o venda de imóveis da União, multas e juros de mora, bem como a Receita da Dívida Ativa das Receitas Patrimoniais em relação ao ano base.

3.3 - GERENTES

3.3.1 – Gerente do Programa

Alexandra Reschke Stanislau Affonso



3.4 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6642 – Instrumentalização de Estados e Municípios para Gestão da Orla Marítima

3.4.1– Objetivo

Instrumentalizar estados e municípios para aplicação dos procedimentos do Projeto Orla, nas áreas de patrimônio da União, visando à ocupação planejada dos espaços e ao uso sustentável dos recursos ambientais, mediante parcerias entre o governo e a sociedade.

3.4.2– Descrição

É uma ação conjunta do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP), com desdobramento junto aos órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) e às Gerências Regionais do Patrimônio da União (GRPUs), além da esfera de governo municipal. Engloba duas vertentes: (a) Assistência a municípios, em termos da base normativa de planejamento do uso e ocupação do solo; diretrizes para elaboração e/ou adequação dos planos diretores; etc.; (b) Capacitação de gestores municipais (governo, setor produtivo e ONGs) para aplicação do Projeto Orla.

3.4.3– Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
município apoiado	unidade	12	10

3.4.4– Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

Orçamento Lei	Contingenciado	Orçamento Disponível	Empenhado	Liquidado
603.127	5.999	597.128	596.594	596.594

3.4.5– Resultados Alcançados

- Foram desenvolvidas 5 (cinco) “Oficinas Regionais de Multiplicadores do Projeto Orla e da Regularização Fundiária”, atingindo um montante de 200 agentes locais capacitados.
- Estabelecimento do termo de ajuste do Convênio de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, que prevê a capacitação de técnicos cubanos para desenvolver e participar na administração de projetos de gestão da orla, com destaque para atividades turísticas.
- Ampliação da implementação da política de gestão costeira alcançando a esfera municipal, de forma compatibilizada com os instrumentos de ordenamento territorial locais e outras políticas de governo, a exemplo das coordenadas pelo Ministério das Cidades e Secretaria de Patrimônio da União (Planos Diretores e Programa de Regularização Fundiária).

3.4.6– Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)



3.4.7– Responsável pela Implementação

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



4. PROGRAMA: 1346 – QUALIDADE AMBIENTAL – PROCONTROLE

4.1 -OBJETIVOS:

4.1.1 - Objetivo

Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global.

4.1.2 - Objetivo Setorial

Promover o fortalecimento, a qualificação e a aplicação dos instrumentos de gestão e planejamento ambiental voltados à prevenção, à qualificação dos programas e projetos setoriais, em relação ao meio ambiente, e ao controle de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente.

4.2 EXECUÇÃO DO PROGRAMA:

O Programa é composto por ações da Secretaria de Qualidade Ambiental - SQA/MMA, IBAMA e Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA. As ações do IBAMA e do FNMA estarão no Relatório de Prestação de Contas daquelas unidades.

A SQA/MMA vem desenvolvendo suas atividades de forma a alcançar a melhoria da qualidade do meio ambiente, por meio do monitoramento e o controle ambiental que foram contemplados pelas atividades realizadas em 2006.

Com relação à aplicação dos instrumentos de gestão e o desenvolvimento de novos instrumentos (Avaliação Ambiental Estratégica e Avaliação Ambiental Integrada de Bacia), pode-se dizer que a implementação das atividades está possibilitando o melhoramento contínuo do processo de licenciamento ambiental nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs e IBAMA, por conseguinte da gestão ambiental, assegurando condições para o desenvolvimento econômico e social em bases ambientalmente sustentáveis.

Tem-se investido na capacitação dos órgãos ambientais para auxiliá-los na gestão ambiental das atividades produtivas, aprimorando a capacidade de resposta desses órgãos relativamente à prevenção e ao atendimento a incidentes/emergências decorrentes de substâncias perigosas, resíduos industriais e derramamento de óleo.

Com relação à atuação do Ministério para proteção da camada de ozônio e do sistema



climático global, o objetivo tem sido desenvolver novos projetos que gerem ganhos ambientais por meio de eficiência energética, da redução de emissão de gases que promovem a destruição da camada de ozônio, e da redução dos gases que geram o efeito estufa.

Por fim, pode-se afirmar, que a execução do Programa promove a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas dos diversos setores produtivos mediante a articulação institucional, o planejamento conjunto de ações pertinentes aos temas, o fortalecimento de entidades e a modernização e processos de gestão ambiental.

4.3 – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

4.3.1 – Nome

Indicador 1: Número de Empreendimentos de Infra-estrutura Sem Licença de Operação (Indicador do IBAMA);
Indicador 2: Quantidade de Material Particulado Lançado na Atmosfera

4.3.2 – Descrição

Indicador 2:
O indicador foi selecionado entre os parâmetros de emissão definidos na Resolução CONAMA 003/1990, que devem ser mensurados pelos órgãos de meio ambiente. Os valores de referência disponíveis foram produzidos pelo IBGE em 1996 para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e referem-se às fontes industriais. A partir de 2005 os valores de referência serão àqueles gerados pelos Estados, dentro de uma metodologia mais completa e padronizada. Os dados do IBGE serão ajustados à nova metodologia.

4.3.3 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
		X

4.3.4 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Indicador 1: Número de empreendimentos de infra-estrutura operando sem licença de operação

Indicador 2: Quantidade emitida de material particulado nas seguintes regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

4.3.5 – Avaliação do Resultado

--



a) Conforme comentado no relatório de 2005, o indicador “Quantidade de Material Particulado Lançado na Atmosfera” estava com a metodologia de cálculo defasada e por isso não poderia ser mais atualizado.

Dessa forma, na revisão do PPA em 2006, foi proposto um novo indicador denominado **“Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros de material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3)”**.

Descrição: Este indicador quantifica o número de episódios de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio registrado durante o ano, pelas redes de monitoramento da qualidade do ar das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro (incluindo a região de Duque de Caxias), Porto Alegre e Curitiba, além da região de Cubatão, no interior paulista, o que corresponde a aproximadamente 22 % da população brasileira, segundo o último censo do IBGE (2000).

Fórmula de Cálculo:

Episódios anuais de violação do padrão diário (NVPD)

$$\text{NVPD} = \text{NVPD RMSP/Cubatão} + \text{NVPD RMRJ} + \text{NVPD RMPA} + \text{NVPD RMC} + \text{NVPD RMBH}$$

$$\text{NVPD PM10} = 54 + 17 + 4 + 4 + 2 = 81$$

$$\text{NVPD O3} = 169 + 738 + 5 + 2 + 3 = 917$$

$$\text{NVPD PM10} + \text{O3} = 998$$

Obs: No comparativo entre os anos de 2005 (base utilizada ao se criar o indicador) e 2006, observou-se uma diminuição no número de violações do parâmetro material particulado (de 113 para 81), o que pode indicar um avanço nas políticas de controle da poluição atmosférica, por exemplo os avanços promovidos pelo Proconve que possibilitaram a redução das emissões causadas por veículos leves.

Entretanto, para o parâmetro ozônio, foram registrados 917 episódios de violação em 2006 (frente a 348 episódios em 2005). Contudo, 674 deles foram registrados na região petroquímica da Baixada Fluminense, o que indica a necessidade de ações locais de controle dessas emissões. Sabe-se que as regiões petroquímicas, juntamente com os veículos pesados, são grandes emissoras de hidrocarbonetos e óxidos de nitrogênio, precursores do ozônio. Caso a região não fosse considerada, ter-se-ia um índice inferior ao registrado em 2005.

b) Outro indicador criado na revisão do Programa em 2006 foi o **“Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs)”**. Este indicador era utilizado no Programa “Mudanças Climáticas e Meio Ambiente” que foi encerrado.

Para o cálculo desse indicador são considerados os CFCs – Clorofluorcarbonos dentre todas as SDOs – Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, por apresentarem maior consumo no Brasil. Esse dado é obtido por meio do Cadastro Técnico Federal e diz respeito às substâncias do Grupo I do Anexo A do Protocolo de Montreal (CFC 11, 12, 113, 114 e 115).



Fórmula de Cálculo: Consumo CFCs = (Quantidade Produzida + Quantidade Importada) – Quantidade Exportada

Os dados finais do Consumo só são obtidos em maio, pois de acordo com a Resolução CONAMA 267/00 e a Instrução Normativa IBAMA 37/04, as empresas cadastradas no CTF têm até o dia 30 de abril de cada ano para fornecer ao IBAMA o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas comercializadas e/ou utilizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao corrente.

Portanto, em janeiro quando os relatórios de avaliação são feitos tem-se apenas um valor estimado. Dessa forma, o estimado para o indicador em 2005 foi de 1.182,00 toneladas de CFCs e o valor exato deste indicador foi de 967,175 toneladas obtido por meio do Cadastro Técnico Federal do IBAMA após o fechamento do Banco Alice do MDIC (mês de abril de 2006).

Para o ano de 2006, a cota máxima permitida pelo IBAMA para a importação de CFCs era 394,37 toneladas, e o valor parcial até janeiro de 2007 foi de 387,043 toneladas (o IBAMA fechará os dados no mês de abril).

4.4 - GERENTES

4.4.6- Gerente do Programa

Victor Zular Zveibil

4.4.7- Gerente Executivo do Programa

Ruy de Góes Leite de Barros

4.5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE COMPÕEM O PROGRAMA

Código	Descrição
18.542.1346.11MA.0001	Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental.
18.122.1346.2272.0001	Gestão e Administração do Programa
18.542.1346.6635.0001	Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis.
18.542.1346.0A42.0001	Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção e Resposta Rápida e Emergência Ambientais com Produtos



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2006

18.542.1346.1C49.0001	Perigosos – P2R2.
18.542.1346.2B85.0001	Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas.
18.542.1346.2B86.0001	Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental.
18.128.1346.2B87.0001	Monitoramento da Qualidade Ambiental.
18.543.1346.2B88.0001	Capacitação para Qualidade Ambiental.
	Preservação e Recuperação de Danos Ambientais .

4.5.1 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11MA - Modernização do Processo de Licenciamento Ambiental.

4.5.1.1 – Objetivo

Melhorar a eficiência e a eficácia da aplicação dos instrumentos de controle ambiental nas fases de planejamento, implantação e operação de empreendimentos de infra-estrutura e de atividades que causem a degradação do meio ambiente.

4.5.1.2 - Descrição

O controle ambiental de empreendimentos e atividades é estratégico para assegurar que estas se implantem e operem dentro dos princípios que orientam o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, há necessidade de fortalecer as instituições ambientais responsáveis pela aplicação dos instrumentos de controle de tal forma que essas estejam capacitadas, tanto em nível federal como estadual, para atuar com eficiência e eficácia no planejamento e definição de critérios de desenvolvimento sustentável para o desenvolvimento de Programas Setoriais, bem como em projetos de desenvolvimento.

4.5.1.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
SISTEMA MODERNIZADO	% de execução física	25	25



4.5.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI+CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.577.819	950.001	627.818	627.818	627.818

4.5.1.5 – Resultados Alcançados

As atividades realizadas em 2006 tiveram objetivo de finalizar a execução do Contrato de Empréstimo N° 1013/SF - BR/BID celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID em 1999. Os recursos utilizados foram suficientes para a finalização do contrato de empréstimo com o BID.

A atuação do Ministério do Meio Ambiente tem sido pautada em quatro pilares de sustentação: (i) a transversalidade da política ambiental que integra todos os setores e ações de governo; (ii) o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA; (iii) o controle e a participação social por meio dos diferentes mecanismos de informação e (iv) o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, foram discutidos os principais temas de interesse dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs e identificados aqueles em que a atuação do MMA fosse necessária, visando criar condições, de caráter nacional, para consolidação da gestão ambiental, especialmente no que concerne ao licenciamento ambiental.

Nesse ambiente de aproximação e fortalecimento das relações com as entidades governamentais, não-governamentais e entidades privadas, representativas de segmentos do setor produtivo, foi definida uma agenda de temas prioritários a serem desenvolvidos pelo Ministério, visando o atendimento das demandas desses diferentes segmentos, cujas atividades fazem interface com a política ambiental em implementação pelo Ministério do Meio Ambiente.

As atividades relacionadas à implementação do licenciamento ambiental visaram: (i) Modernização dos procedimentos para o licenciamento ambiental e (ii) Desconcentração das atividades de licenciamento ambiental.

A fim de se alcançar esses objetivos foram realizadas as seguintes atividades:

Tabela 1 – Cursos e Manuais realizados em 2006



CURSOS	
1	Avaliação de Sistemas Hídricos - Avaliação Ambiental Integrada de Bacias - AAIB
2	Metodologias de Avaliação de Impacto Ambiental - AIA
3	Estudo de Análise de Riscos e Programa de Gerenciamento de Risco
EVENTOS TÉCNICOS/SEMINÁRIOS/OFICINA	
1	Seminário Latino Americano de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE – 28,29 e 30 de agosto de 2006
2	Programa de Capacitação em Avaliação Ambiental Estratégica - Julho/Agosto 2006
3	Oficina de Planejamento para Capacitação em AAE - 10 a 12/04/2006
ESTUDOS	
1	Impactos Ambientais na Cadeia Produtiva, Distribuição e Uso do Biodiesel
2	Documento-Base De Apoio às Discussões sobre Impacto Socioeconômico no Licenciamento Ambiental.
MANUAIS	
1	Manual de Normas e Procedimentos para o Processo de Licenciamento Ambiental de Mineração
2	Manual de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal
PUBLICAÇÕES	
1	Coletânea da Legislação Ambiental – Vol. I – Resíduos Sólidos Urbanos e Sistemas de Tratamento de
2	Coletânea da Legislação Ambiental – Vol. II - Assentamento de Reforma Agrária
3	Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica

(i) Modernização dos procedimentos para o licenciamento ambiental

Compreende o desenvolvimento de atividades relacionadas à qualificação do licenciamento ambiental, apoio à Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA para aporte de estudos e informações técnicas, desenvolvimento de instrumentos inovadores de planejamento e gestão ambiental, elaboração de material técnico científico e desenvolvimento de sistema informacional.

Nesse sentido estão sendo desenvolvidos manuais de procedimentos em temas específicos do licenciamento ambiental; estudos estratégicos para subsidiar o tratamento de temas complexos no âmbito do licenciamento ambiental, como a inserção social, e temas novos, que deverão ser submetidos ao licenciamento, como a cadeia produtiva do biodiesel.

a) Elaboração de Manuais e Estudos

Em virtude da necessidade de serem ajustados os procedimentos de licenciamento ambiental, em âmbito federal, para fazer face às crescentes demandas sobre o licenciamento conduzido na esfera federal, bem como para que os mesmos sejam compatibilizados com as recentes alterações procedimentais definidas pelo IBAMA, realizou-se a contratação de serviços de consultoria para proceder à revisão dos manuais de (i) normas e procedimentos para o licenciamento ambiental no setor de extração mineral e de mineração, e (ii) normas e procedimentos para o licenciamento ambiental federal.

Também foram contratados e já foram concluídos estudos sobre Impactos Ambientais na Cadeia Produtiva, Distribuição e Uso do Biodiesel e Documento-Base de Apoio às Discussões sobre Impacto Socioeconômico no Licenciamento Ambiental, temas caros à gestão ambiental, considerando a política governamental de incentivo ao programa do



biodiesel e as questões sociais, que merecem especial atenção na gestão ambiental; temas que ainda se ressentem da ausência de procedimentos sistematizados e de uma política clara para sua abordagem.

Tabela 2 – Estudos e Manuais

ESTUDOS	
1	Impactos Ambientais na Cadeia Produtiva, Distribuição e Uso do Biodiesel
2	Documento-Base De Apoio às Discussões sobre Impacto Socioeconômico no Licenciamento Ambiental.
MANUAIS	
1	Manual de Normas e Procedimentos para o Processo de Licenciamento Ambiental de Mineração
2	Manual de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal

b) Sistema de informações gerenciais

Foi concluída a implementação do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental – PNLA em todos os estados da federação. O Portal constitui-se em um meio de divulgação de informações sobre o licenciamento ambiental em âmbito nacional, atendendo ao disposto na Lei n ° 10.650, de 16 de abril de 2003, a qual determina o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

O Portal integra o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente/SINIMA - instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente/Lei n ° 6938, de 31 de agosto de 1981 - agregando e sistematizando as informações sobre licenciamento das esferas federal, estadual e distrital. É um mecanismo que assegura a transparência do processo de licenciamento, permite o controle social, além de ser uma ferramenta de suporte para a formulação de políticas e diretrizes de ação do MMA.

c) Desenvolvimento de novos instrumentos de gestão

Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica

O MMA desenvolveu em parceria com o IBAMA, Fundação Estadual de Meio Ambiente – FATMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e alguns órgãos do setor elétrico, a metodologia de Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica, que é um instrumento de planejamento inovador, desenvolvido para identificar e avaliar os efeitos



sinérgicos e cumulativos resultantes dos impactos ambientais ocasionados pelo conjunto dos aproveitamentos hidrelétricos em planejamento, construção e operação, situados numa mesma bacia. Seus resultados devem indicar as melhores relações entre a utilização dos recursos hídricos para geração de energia e a integração com os aspectos ambientais particulares da bacia hidrográfica. Esse trabalho resulta da forte política de transversalidade implementada pelo setor elétrico.

d) Publicações: Elaboração de Coletânea e Livro

Foi lançada a Coletânea de Legislação para o Licenciamento Ambiental constituída, inicialmente, pelos volumes 1 e 2, relacionados, respectivamente, ao licenciamento ambiental de “Resíduos Sólidos Urbanos e Sistemas de Tratamento de Esgotos” e “Assentamentos de Reforma Agrária”.

Com o lançamento da Coletânea, o MMA visou a sistematização toda a dispersa legislação relacionada ao licenciamento ambiental de temas específicos em uma única publicação, a fim de subsidiar o trabalho dos técnicos dos órgãos ambientais licenciadores, contribuindo, dessa maneira, para a agilização dos procedimentos e segurança em relação ao marco regulatório concernente à atividade em análise.

O público alvo da coletânea não é restrito aos técnicos e gestores dos órgãos ambientais licenciadores, mas subsidiará o trabalho de empreendedores, consultores, pesquisadores, advogados, ministério público, organizações não governamentais e o público em geral, prestando-se, para esses últimos, como poderoso instrumento de apoio à sua atuação em defesa do meio ambiente.

Além da Coletânea, foi lançado o livro “Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica”, originalmente elaborado para o curso sobre o mesmo tema, também realizado pela Secretaria de Qualidade Ambiental do MMA.

O livro Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica versa sobre uma proposta de análise de impactos na bacia hidrográfica, numa visão integrada dos contextos físico, institucional e socioeconômico, não devendo ser vista como uma proposta metodológica, mas sim como uma contribuição ao desenvolvimento de conhecimentos para a gestão ambiental em bacias hidrográficas.

(ii) Desconcentração das atividades de licenciamento ambiental

Este componente objetiva a capacitação de técnicos dos órgãos ambientais estaduais - OEMAs, do Distrito Federal e do IBAMA.

Neste componente foram realizados cursos para atender as necessidades apresentadas pelo IBAMA, OEMAs e MMA. Também a renovação do quadro técnico do IBAMA ensejou a necessidade de capacitação em temas básicos e necessários ao licenciado.



Seminários foram realizados, focando temas de interesse de diferentes segmentos do setor produtivo público e privado. Ênfase foi dada a Avaliação Ambiental Estratégica, tendo sido realizado o Seminário Latino Americano de Avaliação Ambiental Estratégica, envolvendo participantes nacionais e internacionais.

Tabela 3 – Cursos

	CURSOS	ALUNOS
1	Avaliação de Sistemas Hídricos - Avaliação Ambiental Integrada de Bacias – AAIB	90
2	Metodologias de Avaliação de Impacto Ambiental	105
3	Estudo de Análise de Riscos e Programa de Gerenciamento de Risco	105

Tabela 4 - Seminários

	SEMINÁRIOS	ALUNOS
1	Seminário Latino Americano de Avaliação Ambiental Estratégica	200
2	Oficina de Planejamento para Capacitação em AAE - 10 a 12/04/2006	60
3	Programa de Capacitação em Avaliação Ambiental Estratégica - Julho/Agosto 2006	70

a) Curso e Seminário de Avaliação Ambiental Estratégica - AAE

A AAE é processo estratégico de apoio à decisão, que integra questões e avalia efeitos, no ambiente e no desenvolvimento sustentável, de visões, intenções ou propostas estratégicas, com o objetivo de melhorar a qualidade das decisões.

A AAE apóia a decisão estratégica; integra princípios de sustentabilidade nos processos de política e planejamento; discute alternativas enquanto as opções estratégicas ainda estão abertas; considera processos cumulativos e antecipa problemas que poderão ocorrer a níveis de projeto.

Visando a capacitação de gestores públicos sobre Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, foram realizados três cursos envolvendo técnicos de todos os Ministérios, bem com a participação de 181 participantes de 13 países no Seminário Latino Americano de Avaliação Ambiental Estratégica: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, Panamá, República Dominicana e Uruguai. Contou ainda com participantes e palestrantes de Portugal e Espanha, e representantes do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e Cooperación Andina de Fomento - CAF. Além do Seminário foi realizada a Oficina de Planejamento para Capacitação em AAE, de 10 a 12/04/2006, e posteriormente, o Programa de Capacitação em Avaliação Ambiental Estratégica, no período de Julho a Agosto de 2006.



b) Curso de Estudo de Análise de Risco e Programa de Gerenciamento de Risco

Esse Estudo está previsto no art. 1º da Resolução Conama 237/97. Essa Resolução define a competência e os procedimentos para o licenciamento ambiental de atividade/empreendimentos. A análise Preliminar de Risco é uma das técnicas utilizadas na elaboração de estudos de Análise de Risco e tem a finalidade de identificar antecipadamente os perigos nas instalações, processos, produtos e serviços, identifica/qualifica os riscos associados para o ser humano, o meio ambiente e a propriedade, propondo medidas para seu controle. No âmbito do processo de licenciamento o Programa de Gerenciamento de Risco - PGR é parte integrante do processo de avaliação do estudo de análise de risco e de avaliação de risco. As recomendações e medidas resultantes do estudo de análise de risco, para redução das frequências e consequências de eventuais acidentes, devem ser consideradas como parte integrante do PGR.

O curso de Estudo de Análise de Risco-EAR teve o objetivo de capacitar técnicos dos órgãos ambientais, que atuam na área de licenciamento ambiental, para o desempenho de suas atribuições legais de análise de estudos de Análise de Risco e PGR, visando a emissão de licenças ambientais, dentro dos padrões estabelecidos pela legislação ambiental vigente. O estudo visa diminuir as possibilidades de ocorrência de acidentes diversos, de várias proporções, causando impactos ambientais e situações críticas indesejáveis para os recursos naturais.

c) Curso sobre a Metodologia de Avaliação de Impacto Ambiental

Instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, que tem no licenciamento ambiental seu campo de aplicação mais difundido. Inicialmente prevista para avaliação de planos, políticas e programas, sua aplicação se efetivou, no Brasil, na avaliação de projetos. Constitui-se, de acordo com alguns autores, em um processo de informação, externo ao processo de decisão, que visa incorporar um dado conjunto de valores ambientais à tomada de decisão, seja essa à construção de um empreendimento ou o processo de planejamento de desenvolvimento. Dessa forma, foi elaborado um curso com a participação de 105 pessoas de todas as unidades da Federação.

d) Curso de Avaliação de Sistemas Hídricos – Avaliação Ambiental Integrada de Bacias Hidrográficas – AAIB

O Curso de Avaliação de Sistemas Hídricos – Avaliação Ambiental Integrada de Bacias Hidrográficas - AAIB foi programado em função da política adotada pelo MMA, que estabeleceu a necessidade de uma visão integrada da bacia hidrográfica para o licenciamento ambiental de empreendimentos que demandem o uso intensivo de recursos hídricos. Foram capacitados 90 técnicos de meio ambiente de unidades da Federação.



4.5.1.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar

--

4.5.1.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Moema Pereira Rocha de Sá	Assinatura:
------------------------------------	-------------



4.5.2 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2272 - Gestão e Administração do Programa

4.5.2.1 – Objetivo

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

4.5.2.2 - Descrição

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

4.5.2.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
-	-	-	-

4.5.2.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
747.664	5.182	742.482	740.206	740.206



4.5.2.5 – Resultados Alcançados

A execução se refere às despesas com passagens e diárias para Servidores, Gerentes, Diretores e o Secretário de Qualidade Ambiental envolvidos na execução de ações finalísticas do Programa, além da execução de atividades que não foram contempladas com ações no PPA por se tratarem da elaboração e desenvolvimento de Políticas Públicas, definição de estratégias, estudos técnicos, etc.

Atividade finalística executada na GAP:

O Núcleo de Energia e Mudanças Climáticas – NEMC atua na vertente ambiental da formulação de políticas e normas e na definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados à ampliação do uso fontes de energia ambientalmente adequadas, a eficiência energética e ao acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor energético incluindo hidroelétrico, petrolífero, gás e de biocombustíveis.

1- Dentre os resultados alcançados em 2006 referentes ao tema Energias Renováveis, pode-se citar:

a) O convênio com a COPPE/UFRJ sobre energias renováveis gerou os seguintes resultados em 2006:

- Estudo de cadeias energéticas para geração de eletricidade: Análise Integrada de Sustentabilidade; Cenários de Entrada de Fontes Alternativas na Expansão da Geração Elétrica e o Relatório Final.

- Estudo sobre PROINFA em sua interface com o meio ambiente: Relatório Final

b) Houve continuidade na discussão sobre a criação de um programa nacional de incentivo ao uso de energia solar térmica. O programa visa a eficiência energética, por intermédio da substituição de chuveiro elétrico, atualmente, responsável por até 25% do consumo de energia no horário de pico, o que representa retirar uma potencia equivalente a 1360 MW na demanda deste horário. Numa primeira fase o programa estará voltado para o setor habitacional de baixa-renda, residencial de classe média e setor hoteleiro. Além dos ganhos em eficiência espera-se redução da emissão de gases de efeito estufa, geração de emprego e redução dos gastos com a conta de luz para população de baixa renda.

c) Articulação com o MDA para elaboração de agenda ambiental comum voltada aos assentamentos de reforma agrária, incluindo capacitação, gestão ambiental nos assentamentos, certificação ambiental, obtenção de créditos de carbono pela agricultura familiar, entre outros temas.

d) Mapeamento preliminar da expansão da cana-de-açúcar, e sobreposição das áreas



selecionadas com àquelas destinadas a conservação, terras indígenas, áreas prioritárias para conservação, áreas degradadas de forma a estabelecer um mapa positivo para orientar as discussões com o setor sucroalcooleiro.

e) Realização de três Workshops sobre a expansão do plantio da cana-de-açúcar (OEMAS, Ministério Público Federal e do Trabalho, academia), com o objetivo de discutir o processo de licenciamento da atividade, aspectos legais e técnicos-científicos, relacionados à cadeia produtiva do álcool combustível em sua interface com o meio ambiente.

2- Sistema de Gestão Ambiental - SGA

O SGA foi implementado no Parque Nacional do Iguaçu e a certificação ISO 14001 será efetuada em 2007.

Em 2006 foram realizados 2 cursos para os funcionários do IBAMA e concessionárias:

- a) Curso de ISO 14001 para 22 pessoas;
- b) Auditoria Interna para 25 pessoas.

O SGA está em fase de Implementação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos no estado do Rio de Janeiro. Houve o treinamento na ISO 14001 de 35 pessoas (incluindo funcionários do IBAMA e colaboradores do Parque).

3- Em função do contencioso que o Brasil está enfrentando no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC sobre a proibição de importação de pneus reformados solicitado pelas Comunidades Européias e sendo a defesa brasileira baseada em argumentos de saúde pública e de meio ambiente, foram elaborados, pela SQA, um folder e um manual como material de divulgação de informação sobre a problemática dos resíduos de pneus para esclarecer o público em geral, especialmente os parlamentares do Congresso Nacional.

4- A SQA assessorou o Ministério Público na proposta de revisão da sentença judicial que condenou a União e doze empresas a recuperar os danos ambientais na Bacia Carbonífera de Santa Catarina de 1972 a 1989. As tarefas para o futuro consistem em reestruturar ou extinguir o Comitê Gestor, cumprir a execução judicial da sentença e criar ação no PPA para aporte de recursos, visando o cumprimento da citada sentença.

5- No âmbito da Comissão Permanente de Credibilidade - CPC do Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade - CBAC foram discutidos assuntos relacionados à credibilidade do Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 com ênfase no desempenho dos cursos de formação e treinamento dos auditores ambientais, número de horas de auditoria insuficientes para realização eficiente do trabalho de certificação ambiental e uso indevido do certificado pelas empresas.



4.5.2.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

4.5.2.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Ruy de Góes Leite de Barros e Marília Marreco Cerqueira	Assinaturas:
--	--------------



4.5.3 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6635 – Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis

4.5.3.1– Objetivo

Promover o mapeamento de sensibilidade ambiental e de risco, para utilização no planejamento de contingência, e no caso de eventuais acidentes com poluição de óleo, para avaliação geral de danos e combate ao derramamento.

4.5.3.2– Descrição

A ação envolve o mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo das Bacias Sedimentares Marítimas, no nível estratégico (uma carta para cada Bacia Marítima, em escala da ordem de 1:500.000), no nível tático ou intermediário (cartas de todo o litoral das bacias, em escala de 1:150.000) e no nível operacional ou de detalhe (para os locais de maior risco / sensibilidade, em escalas de 1:10.000 a 1:50.000); o mapeamento deverá atender a todos os graus de derramamento de óleo, desde grandes vazamentos em áreas remotas (*off-shore*), passando por derramamentos de porte médio a alguma distância das instalações da indústria do petróleo (ao largo do litoral), até derrames localizados (em pontos específicos da costa).

4.5.3.3– Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Carta produzida	unidade	7	7

4.5.3.4– Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2.624.473	1.781.315	811.208	811.208	811.208

4.5.3.5– Resultados Alcançados

A ação vem possibilitando o aporte de serviços técnicos especializados para a finalização do mapeamento das cartas operacionais e elaboração do Atlas das bacias de Sergipe–Alagoas e Pernambuco–Paraíba, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), por intermédio de um projeto com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX), que prevê, ainda, a execução do mapeamento das bacias do sul da Bahia.



4.5.3.6– Medidas implementadas e/ou a implementar (No caso de problemas na execução)

--

4.5.3.7– Responsável pela implementação

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



4.5.4 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

0 A42 - Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos – P2R2.

4.5.4.1 – Objetivo

Apoiar os governos estaduais nas ações destinadas a prevenir a ocorrência de emergências ambientais com produtos químicos perigosos e a atender de forma rápida e eficiente essas ocorrências, visando reduzir seus efeitos nocivos ao meio ambiente e aos organismos vivos.

4.5.4.2 - Descrição

O Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com produtos Químicos Perigosos – P2R2, instituído pelo Decreto nº 5.098 de 3 de junho de 2004, prevê que os governos estaduais elaborarão os Planos de Ação às Emergências Ambientais (PAEs), fazendo-se necessário, para tanto, o suporte federal. Além disso, é responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente a supervisão e coordenação desse sistema dedicado à prevenção e resposta à emergências ambientais.

4.5.4.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Projeto apoiado	unidade	2	1

4.5.4.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.915.969	206.179	1.709.790	1.709.790	1.709.790

4.5.4.5 – Resultados Alcançados

Melhoria na capacidade técnica dos órgãos envolvidos no atendimento às emergências ambientais com produtos químicos perigosos por meio da oferta de treinamento por empresa especializada especialmente contratada para esta finalidade, constando de aulas teóricas e práticas sobre resposta rápida . – a empresa já foi selecionada e deverá assinar o contrato de Prestação de Serviços 07/47 – 3531. O curso deverá ser ministrado no início do ano 2007.

Disponibilização na internet no sítio do MMA do Portal “P2R2” o qual se constituirá na ferramenta de acesso à informações sobre o Plano, informações sobre emergências com



produtos químicos, dados técnicos especializados, bem como possibilidade de acesso à outros sítios relacionados.

Fortalecimento da estrutura institucional do P2R2 prevista no Decreto 5098/04 por meio da realização de reuniões dos Comitês de Indústria, Transporte Rodoviário e Transporte Ferroviário com o objetivo de identificar prioridades e demandas de ação e traçar estratégia de atuação..

Maior articulação e representatividade política do P2R2 representada pela realização de reunião da Comissão Nacional do P2R2, com a finalidade de avaliar e dar continuidade ao planejamento previsto inicialmente bem com atualizar as ações necessárias no âmbito do P2R2, a partir dos insumos originados pelos Comitês setoriais.

Incremento ao desenvolvimento e execução dos instrumentos do P2R2 pela inclusão no Projeto de Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental do Banco Mundial (TAL) da contratação de dois estudos relacionados ao Mapeamento de Áreas de Risco (Detalhamento da metodologia para utilização pelos órgãos ambientais estaduais) e à formulação de um guia metodológico para a elaboração do Plano de Ação Emergencial (PAE) por parte dos órgãos estaduais de meio ambiente. Com a finalização dos estudos os estados contarão com importantes ferramentas orientadoras para melhor operacionalização do P2R2.

Fortalecimento das estruturas logísticas do Ibama para a atuação em emergências ambientais com produtos químicos perigosos, considerando não só o seu caráter de supletividade mas também de ação efetiva como apoio e reforço à ação estadual.

4.5.4.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

A concretização de apoio aos órgãos estaduais de meio ambiente por meio do repasse de recursos através de convênios tem encontrado problemas na execução em função das dificuldades em viabilizar os convênios planejados, devido à inadimplência dos governos estaduais. Este ano não se efetivou os convênios previstos com os governos dos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Paraná.

4.5.4 7 - Responsável pela Implementação

Nome: Marília Marreco Cerqueira	Assinatura
------------------------------------	------------



4.5.5 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1C49 - Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas.

4.5.5.1 – Objetivo

Reduzir os riscos oferecidos por substâncias e resíduos perigosos ao meio ambiente e à integridade e bem estar das populações.

4.5.5.2 - Descrição

Desenvolvimento e operacionalização de sistema de intercâmbio e difusão de informações sobre segurança química e para o Registro de Liberações e Transferência de Contaminantes ambientais. A ação envolve, ainda, o estabelecimento de suporte laboratorial para ações de controle sobre substâncias e resíduos perigosos, especialmente daqueles abrangidos por acordos e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

4.5.5.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Sistema Implantado	% de execução física	20	20

4.5.5.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
515.968	-	515.968	490.901	490.901

4.5.5.5 – Resultados Alcançados

A instalação em 2006 de oito Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa (P+L) nos Estados do Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dando continuidade à estratégia nacional de criação de uma Rede Nacional de P+L, a partir da organização de instâncias estaduais formadas por instituições que trabalham com iniciativas relacionadas à ecoeficiência e gestão ambiental no setor produtivo, resultando na poupança de recursos naturais, água e energia, na menor geração de resíduos e na diminuição de impactos ambientais, reduzindo, assim, os riscos ao meio ambiente decorrentes do processo industrial.

Viabilização de um laboratório nacional para análise de dioxinas e furanos, poluentes



constantes da Convenção de Estocolmo, ratificada pelo Governo Brasileiro, por meio de um convênio firmado entre o MMA e a CETESB. As instalações encontram-se em fase final de construção, já foi realizada a etapa de treinamento dos técnicos que irão operar o equipamento analítico e efetuado o “start-up” do equipamento.

Publicação de normas que regulam o registro de agrotóxicos considerados menos perigosos ao meio ambiente, tais como: semioquímicos, microbiológicos, agentes biológicos de controle. Também foi publicada norma que estabelece procedimento para reavaliação de agrotóxicos já registrados, com vistas ao aumento da segurança e redução dos riscos ao meio ambiente. Encontram-se em fase final de elaboração norma que estabelecerá limites de impurezas nos agrotóxicos, além de outras que resultarão em produtos de menor periculosidade ao meio ambiente.

Publicação do Decreto nº 5.981/06, que aprimora o sistema de registro de agrotóxicos, visando maior eficiência e eficácia nos procedimentos dos órgãos envolvidos com a gestão dessas substâncias.

Estruturação (física, técnica e informacional) do IBAMA para a sua atuação em atividades relacionadas ao registro, controle e fiscalização de agrotóxicos, pelo repasse de recursos àquele Instituto, por meio de descentralização. O IBAMA age como executor em nome do MMA, em função da competência instituída ao Ministério por Lei.

Elaboração de guias técnicos para o gerenciamento ambientalmente adequado de pneumáticos usados por demanda de compromissos assumidos no âmbito da Convenção de Basiléia, tendo sido o Brasil escolhido como país líder para a revisão das diretrizes atualmente existentes, sendo o MMA o ponto focal desta revisão.

Elaboração de três Manuais Técnicos voltados à Minimização dos Impactos Gerados por Resíduos Perigosos no âmbito do Plano Estratégico da Convenção de Basiléia, com o objetivo de contribuir na busca de soluções econômica e ambientalmente viáveis para a minimização dos impactos ambientais nos setores de **Gestão de Fluidos de Usinagem (RS), Gestão de Óleo Lubrificante Automotivo Usado (PE) e Gestão de Resíduos em Tratamento de Superfície: Etapa de Decapagem Ácida (MG)**. Esse resultado é fruto da integração de vários atores, incluindo o Centro Nacional de Tecnologias Limpas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Departamento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (CNTL-SENAI/RS), os Estados do Rio Grande do Sul (RS), Minas Gerais (MG) e Pernambuco (PE), o Centro Coordenador Regional para a América Latina e o Caribe de Capacitação e Transferência de Tecnologia da Convenção de Basiléia, além deste MMA. Ainda, como resultado desse projeto, foram elaborados: 1) Análise do setor produtivo e do resíduo perigoso priorizado, em cada Estado, contendo informações sobre a análise dos inventários locais de forma sistematizada, a justificativa da escolha do setor e o resíduo perigoso selecionado para o desenvolvimento do trabalho, 2) Diagnóstico do setor produtivo e do resíduo perigoso priorizado, em cada Estado, apresentando os resultados dos questionários aplicados em 30 empresas representativas do setor alvo, identificando as técnicas de prevenção, formas de tratamento, *status* tecnológico do processo produtivo, os instrumentos econômicos e os recursos humanos empregados no gerenciamento dos



resíduos, bem como as dificuldades e necessidades dessas empresas para estabelecer um gerenciamento adequado e 3) Metodologia para sistematização da informação sobre os resíduos perigosos dos setores produtivos priorizados, apresentando a metodologia aplicada, de forma a possibilitar sua aplicação para outros resíduos, para outros estados brasileiros e outros países da América Latina e Caribe, enfocando as necessidades técnicas, recursos humanos e orientações para a definição de custos de sua implementação, totalizando, assim, 10 documentos, incluindo os manuais. Os três manuais serão disponibilizados, em 2007, eletronicamente em três línguas: português, espanhol e inglês, no âmbito da Convenção de Basiléia, será publicado em português. Essas publicações servirão como material didático para o Programa de Capacitação em Gerenciamento dos Resíduos priorizados em cada estado, por meio das Mesas de Produção mais Limpa instaladas.

Publicação do Manual “Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde”, em articulação com a Anvisa, com tiragem de 10000 exemplares, para orientação na atuação da gestão dos resíduos de saúde, incluindo a aplicação da legislação existente, desenvolvida de forma conjunta por este MMA e a Anvisa. A partir do Manual, foram desenvolvidos cursos de capacitação nos estados e municípios brasileiros .

Desenvolvimento do Plano de Ação Regional para a Prevenção e o Controle da Contaminação por Mercúrio nos Ecossistemas Amazônicos – PAM, em parceria com os países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA e o apoio do Programa Regional de Meio Ambiente dos EUA – Embaixada Americana. Foram realizadas duas reuniões regionais, no Rio de Janeiro e no Peru, que contaram com a participação da totalidade dos países da OTCA, além de especialistas e instituições que realizam trabalhos técnicos e científicos sobre o tema em questão, com a finalidade de estabelecer estratégias conjuntas visando a prevenção, mitigação dos impactos e elaboração de estratégias de cooperação entre países membros para a implementação de programas de controle da contaminação por mercúrio na Bacia Amazônica. O PAM objetiva adotar uma estratégia conjunta de cooperação para promover o controle do mercúrio nos ecossistemas amazônicos. O Plano foi elaborado com a finalidade de assegurar elementos para a obtenção da qualidade ambiental da região amazônica, a partir de uma proposta que defina os princípios de controle e da prevenção da contaminação por mercúrio. Deve, ainda, garantir acordos e iniciativas internacionais dos países envolvidos com os ecossistemas amazônicos, bem como contribuir para um novo modelo de desenvolvimento na região, levando em consideração: o manejo adequado de químicos; o uso de tecnologias limpas; o desenvolvimento econômico dinâmico, competitivo e sustentável da cadeia produtiva do ouro; a inclusão social, respeitando a diversidade cultural; a sustentabilidade dos recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico desse patrimônio dos países e o bem-estar das comunidades que integram a Bacia Amazônica. A Secretaria da OTCA pretende obter recursos internacionais para apoiar a implementação do PAM.

Plena implementação das Convenções na área de químicos ratificadas pelo Brasil (Estocolmo, Roterdã e Basiléia) , pelo desenvolvimento de estudos, proposição de instrumentos normativos pertinentes, acompanhamento e participação nas reuniões



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2006

, análise de documentos , elaboração de relatórios e proposição de projetos para obtenção de recursos internacionais de doação (GEF), conforme previsto nas Convenções.

Efetiva Participação da sociedade civil, ONGs e setor privado nas atividades desenvolvidas na área de segurança química e redução de riscos pela realização de fóruns de discussão e promoção de reuniões da Comissão Nacional de Segurança Química- CONASQ.

4.5.5.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

4.5.5.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Marília Marreco Cerqueira	Assinatura
------------------------------------	------------



4.5.6 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2B85 - Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental

4.5.6.1 – Objetivo

Fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental principalmente àqueles que permitam a redução da emissão de gases que contribuem para o efeito estufa, ao controle da produção e do consumo das substâncias que destroem a camada de ozônio, e a gestão sustentável de contaminantes ambientais.

4.5.6.2 - Descrição

Na primeira fase serão identificadas as oportunidades, em cada um dos temas priorizados, e criados os mecanismos normativos, econômicos e os arranjos institucionais para o desenvolvimento de projetos e na fase seguinte os projetos que se apresentarem mais viáveis, serão implementados.

4.5.6.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
PROJETO APOIADO	UNIDADE	4	52

4.5.6.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
676.105	252.515	423.590	421.433	421.433

4.5.6.5 – Resultados Alcançados

Esta ação é executada em conjunto com três unidades da Secretaria de Qualidade Ambiental - SQA: Núcleo Energia e Mudanças Climáticas - NEMC (Diretoria do Programa de Qualidade Ambiental); Núcleo Ozônio (Diretoria do Programa de Qualidade Ambiental) e Programa de Redução de Riscos Ambientais - PRORISC (Diretoria de Gestão de Riscos Ambientais).

Dentre os resultados alcançados em 2006 referentes ao tema Mudanças Climáticas, pode-se citar:



a) O Núcleo de Energia e Mudanças Climáticas - NEMC da SQA/MMA participa da análise das atividades de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL submetidos à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC. O objetivo da análise do NEMC é subsidiar a participação do MMA na CIMGC. Esta Comissão é a Autoridade Nacional Designada responsável pela aprovação dessas atividades no que tange à sua contribuição ao desenvolvimento sustentável do país e ao cumprimento da legislação ambiental brasileira.

Em 2006 o MMA analisou 79 projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, dos quais 52 foram aprovados. O potencial de redução de emissões dessas atividades ultrapassa os quatro milhões de toneladas de dióxido de carbono - CO₂ por ano. O potencial de redução de emissões dos 52 projetos aprovados em 2006 encontra-se em torno de 37.143.760 toneladas de CO₂ para o primeiro período de obtenção de créditos (sete anos para algumas atividades e 10 anos para outras). Desde 2004, no âmbito da Organização das Nações Unidas, o Brasil registrou no Conselho Executivo do MDL 80 projetos, num total de 425, o que corresponde à cerca de 19% do total de projetos registrados em todo o mundo, superado somente pela Índia (30%).

Foi apresentada na COP-12 (12ª Conferência das partes da Convenção sobre Mudança do Clima), uma proposta para o conceito de Incentivos Positivos, que seriam oferecidos pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, pela redução de emissões do desmatamento. Esta proposta é resultado de outra submissão brasileira sobre o mesmo tema ao secretariado da Convenção, enviada por ocasião da 24ª sessão do órgão subsidiário de assessoramento científico e tecnológico da Convenção.

b) O convênio com a COPPE/UFRJ sobre Mudanças Climáticas resultou nos produtos abaixo relacionados:

i - curso “Capacitação em Mudanças Climáticas com ênfase em Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL” foi realizado pela COPPE, sob a coordenação do MMA. O objetivo foi à capacitação em metodologia e elaboração de documento de concepção do projeto no âmbito do MDL. O curso contou com a presença de 30 profissionais, dentre representantes unidades do MMA; bem como de representantes do IBAMA, da Agência Nacional de Águas - ANA, do Ministério das Relações Exteriores - MRE, do Ministério da Fazenda - MF, do Ministério das Cidades - MCid, da Eletronorte, além da academia, representada pela COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e pela Universidade Federal do Paraná – UFPR;

ii - levantamento de insumos, principalmente, junto à Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e Ministério de Minas e Energia – MME, de forma a permitir uma avaliação das dificuldades enfrentadas e os ganhos ambientais do Programa Nacional de Biodiesel;

iii - apontamento de questões estratégicas que devem ser observadas pela área de meio ambiente e orientação de sua articulação junto aos órgãos governamentais envolvidos no Programa;



iv - apresentação de um plano de trabalho em conjunto, MMA/MDA, nas áreas de assentamentos rurais que estão sendo contempladas com o programa biodiesel (selo social/MDA);

v - proposta de um plano de trabalho para promover incentivos para o desenvolvimento da agricultura familiar com o uso de espécies oleaginosas nativas do Brasil;

vi - levantamento das áreas prioritárias para a expansão da cultura da cana-de-açúcar e estudo de propostas alternativas para discussão interministerial e;

vii - levantamento de insumos, visando a elaboração de diretrizes para os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, objetivando o estabelecimento de harmonização dos critérios técnicos de análise e avaliação e dos procedimentos para o licenciamento ambiental de usinas sucroalcooleiras.

c) Parceria MMA e Ministério das Cidades

Apoio a estudos de viabilidade de projetos, no âmbito do MDL, baseados no aproveitamento de gases gerados nas áreas de destinação final de resíduos: Trata-se de uma parceria entre o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente firmada em 2005 com o objetivo de realizar a seleção pública de municípios a serem contemplados com estudos de viabilidade. Em 2006 foram selecionados os 30 municípios brasileiros entre os 200 maiores, em termos de população total, bem como os consultores que irão elaborar os estudos. Os recursos disponibilizados para a implementação deste projeto são provenientes do Projeto de Cooperação firmado entre o Governo Brasileiro e o Governo Japonês, por meio do Policy and Human Resources Development Fund – PHRD, com a intermediação do Banco Mundial. Não haverá repasse de recursos para os municípios selecionados, e sim prestação de serviços mediante a elaboração de Estudos de Viabilidade por empresas consultoras.

d) Apoio às atividades do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

O MMA tem auxiliado, desde 2000, na consecução dos objetivos perseguidos pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, participando ativamente de suas iniciativas, em todo o território nacional. O Fórum foi estabelecido em junho de 2000, pelo Decreto nº 3.515, pelo Presidente da República, com o intuito de discutir em âmbito nacional os temas relacionados às mudanças climáticas, incluindo previsão e adaptação a seus efeitos e o MDL.

e) Grupo de Trabalho de Mudança do Clima do MMA

O GT, criado mediante Portaria Ministerial, tem promovido diversas reuniões internas e também com agentes externos, a fim de: i) Subsidiar a posicionamento do MMA no tema mudanças climáticas; ii) promover a articulação com os demais membros do GT; iii) levar ao conhecimento dos presentes o andamento de discussões associadas ao tema junto a outros ministérios, organismos nacionais e internacionais, bem como a outras nações envolvidas com o tema.



f) Ações Internacionais relacionadas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – CQNUMC

- acompanhamento e defesa dos interesses brasileiros nas reuniões internacionais referentes à mudança global do clima, principalmente nas Sessões da Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, nas Reuniões das Partes do Protocolo de Quioto (COP/MOP) e nas Reuniões dos Órgãos Subsidiários de Implementação e de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBI e SBSTA). Os seguintes assuntos são profundamente acompanhados pelos técnicos do NEMC: i) adaptação dos países aos efeitos das mudanças climáticas; ii) destruição do HFC-23 na produção do HCFC-22; iii) emissões proveniente da aviação e transporte marítimo; iv) workshops do diálogo de longo prazo; v) reuniões do Grupo de Trabalho Ad Hoc para lidar com o futuro do regime e vi) interface entre o Protocolo de Montreal e a Convenção sobre Mudança do Clima.

- redução de emissões provenientes do desmatamento nos países em desenvolvimento. Destaca-se a oportunidade estabelecida na última Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima (COP-11, em Montreal, em 2005), relacionada a incentivos positivos que países desenvolvidos ofereceriam aos países em desenvolvimento para auxiliá-los em políticas que visem a redução de emissão de GEE. A SQA tem conduzido as discussões com as outras Unidades do MMA de maneira construtiva. O consenso interno alcançado em torno da questão de combate ao desmatamento tem facilitado o diálogo com os outros parceiros do Governo, principalmente os Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores. Esse consenso permitiu que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas construísse, em conjunto com a SQA, uma proposta preliminar concreta para o conceito de Incentivos Positivos, que foi apresentada em Nairobi, durante a COP-12, em novembro de 2006.

- Trabalho em conjunto do Núcleo de Energia e Mudanças Climáticas - NEMC e do Núcleo Ozônio: foi firmada uma Cooperação Técnica entre este Ministério e distribuidoras de energia elétrica no sentido de promover a substituição de refrigeradores domésticos antigos, de alto consumo de eletricidade, por equipamentos novos, mais eficientes em comunidades de baixa renda. Nesse caso, os ganhos ambientais ocorrem em três frentes: eficiência energética, proteção da camada de ozônio, e do sistema climático global. Os impactos ambientais positivos ocorrem como resultado da retirada de uso dos refrigeradores antigos e ineficientes em termos energéticos e utilizadores de gases como o CFC e o HCFC. Essas substâncias são, de maneira concomitante, degradadoras da camada de ozônio e potentes gases de efeito estufa. Os gases são retirados dos refrigeradores velhos e reciclados. A aquisição e distribuição dos refrigeradores novos são realizadas com recursos das concessionárias por meio dos Programas de Eficiência Energética.

As atividades do Núcleo de Ozônio são realizadas com recursos de doação do Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal. A seguir, segue o relato das principais atividades



executadas em 2006:

1- Conversão industrial - os projetos de conversão industrial no setor de espumas e refrigeração comercial estão em fase final de implementação, com a elaboração do Certificado de Conclusão (COC) e Hand Over Protocol (HOP). O total eliminado de SDOs provém de projetos que foram iniciados anteriormente a 2002 (no âmbito do PBCO- Programa Brasileiro da Eliminação da Produção e Consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, elaborado em 1994 e revisado em 1999) e posteriormente a essa data (no âmbito do PNC- Plano Nacional de Eliminação de CFC, aprovado pelo Fundo Multilateral em julho de 2002). Em 2006 foram finalizados projetos de conversão industrial em 27 empresas o que equivale à eliminação de cerca 1.170 ton de CFCs.

2- Gerenciamento do Passivo de CFC nos Segmentos da Refrigeração Doméstica e Comercial (Projetos de Recolhimento, de Regeneração e de Treinamento) – A Central de Regeneração de São Paulo (Frigelar) está funcionando, tendo regenerado em 2006 cerca de 456 kg de CFCs . Foi selecionada outra empresa para operar como Central de Regeneração no Estado de São Paulo, a Refrigeração Bandeirantes. A Central de Regeneração do Estado do Rio de Janeiro encontra-se em fase de aquisição dos equipamentos. O projeto de treinamento de refrigeristas habilitou em 2006, cerca de 8.900 técnicos em Boas Práticas na Refrigeração, sendo que no total já foram treinados mais de 14.000 técnicos.

3- Recolhimento e Reciclagem de CFC (MAC e chillers): O projeto de recolhimento e reciclagem no setor automotivo (MAC) finalizou a distribuição de 335 equipamentos de recolhimento e reciclagem.

4- Capacitação dos fiscais de Alfândega: o Grupo de Trabalho - GT Alfândega, está se reunindo periodicamente para estruturação da regulamentação nacional para controle e monitoramento da importação de SDOs.

5- Eliminação do Brometo de Metila no setor agrícola: Foi publicada a portaria MMA nº 200/06 com os critérios para os candidatos a recebimento das caldeiras a vapor. Foi realizada a licitação para compra de 27 caldeiras a vapor que serão distribuídas às Associações e agricultores das regiões de Atibaia, Holambra, Via Dutra, Ibiúna (todas no estado de São Paulo) e Pernambuco. Foi contratada empresa (Agro Consulting) para realização dos treinamentos dos agricultores em Manejo Integrado de Pragas - MIP e para viabilizar o treinamento dos operadores de caldeiras.

6- Banco de regeneração de halons: O IBAMA está finalizando a análise sobre o projeto de Halon, para verificar os passos necessários para a transferência do gerenciamento do Banco de Halons da CETESB para o IBAMA.

7- Divulgação do PNC: continua sendo feita a divulgação do PNC, enfatizando a redução progressiva na disponibilidade de CFC e explicando a necessidade de recolhimento e regeneração de CFC nos setores de refrigeração e sistemas de ar condicionados, inclusive automotivos. Para tanto, folders, releases, spots de rádio e outros recursos de mídia foram



utilizados para divulgações.

8- Novos Projetos: em 2006 durante a apresentação do relatório de atividades 2005 e elaboração do plano de trabalho 2006, foram incluídos 5 novos projetos no PNC:

I- Incentivo às distribuidoras e concessionárias de energia elétrica para a troca de refrigeradores domésticos com refrigerante CFC por refrigeradores que utilizem refrigerantes alternativos e de menor consumo de energia no âmbito dos seus programas de eficiência energética.

II- Instalação de máquinas recicladoras de CFCs de Ar Condicionado Central nas 5 Centrais de Regeneração.

III- Implantação de Centrais de Reciclagem de CFCs (200 equipamentos) em lojas de comercialização de suprimentos para refrigeração (componentes, refrigerantes, etc), por meio da distribuição de máquinas de reciclagem.

IV- Incentivo à implementação de Sistema de Gestão Ambiental – SGA para micro e pequenas empresas do setor de refrigeração comercial.

V- Difusão de informações tecnológicas, treinamento e capacitação para o setor de refrigeração.

Dentre os resultados alcançados em 2006 referentes à Gestão de Contaminantes Ambientais, pode-se citar:

Houve avanço na implementação dos compromissos assumidos nas convenções de químicos ratificadas pelo Brasil, principalmente a Convenção de Estocolmo - CE sobre Poluentes Orgânicos Persistentes e a Convenção de Basileia - CB sobre o controle da movimentação transfronteiriça de resíduos perigosos e outros resíduos e seu depósito. No caso da CE, o MMA buscou recursos em fundos internacionais, como o GEF – Global Environmental Facility, e obteve aprovação de 3 projetos, para proteção ao meio ambiente e à saúde humana. No âmbito da CB, o Brasil foi escolhido como país líder para a revisão das diretrizes técnicas para gerenciamento de pneumáticos usados. Com relação aos agrotóxicos, houve participação na elaboração de normas técnicas voltadas para a regulamentação do uso de produtos de baixa toxicidade. Estas normativas tratam de aspectos técnicos específicos do processo de registro de agrotóxicos e foram elaboradas em parceria com o Ibama, o M. da Agricultura e o M. da Saúde no âmbito do Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos.



4.5.6.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

4.5.6.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Ruy de Góes Leite de Barros e Marília Marreco Cerqueira	Assinaturas:
--	--------------



4.5.7 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2B86 – Monitoramento da Qualidade Ambiental.

4.5.7.1 – Objetivo

Desenvolver, identificar e harmonizar metodologias que melhorem a gestão da qualidade ambiental e da saúde humana.

4.5.7.2 - Descrição

Harmonização da metodologia das fontes fixas, móveis e agrosilvopastoris para levantamento de dados de poluentes do ar, visando à coleta e tratamento dos mesmos e dos parâmetros previstos nas normas legais. Avaliação da redução de emissão de gases poluentes provenientes de veículos automotores, por meio de ações consubstanciadas no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE e potenciais melhoramentos desse programa.

4.5.7.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Diretriz padronizada	UNIDADE	2	1

4.5.7.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
150.000	30.795	119.205	119.205	119.205

4.5.7.5 – Resultados Alcançados

Principais resultados da ação em 2006:

I – 20 anos do PROCONVE:

Em 2006 foram comemorados os 20 anos do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE que foi instituído pela Resolução CONAMA nº 18, de 16/05/1986 e pela Lei nº 8.723, de 29/10/1993.



Durante esses 20 anos, a existência do Proconve contribuiu para a redução dos níveis de emissão de poluentes por veículos automotores; promoveu o desenvolvimento tecnológico dos veículos e a criação de programas de inspeção e manutenção para veículos em uso; aprimorou as características técnicas dos combustíveis; estabeleceu medidas de avaliação dos resultados alcançados; além de promover a conscientização da população sobre a poluição do ar por veículos automotores.

Diversas foram as entidades públicas e privadas que contribuíram para os resultados alcançados, cuja implementação ficou a cargo do Ministério do Meio Ambiente, a coordenação executiva com o IBAMA e o apoio técnico da CETESB. Outros órgãos públicos participantes foram ANP, DENATRAN, INMETRO, PETROBRAS, e as entidades privadas ANFAVEA, AEA, ABEIVA, ABRACICLO, SINDIPEÇAS, AFEEVAS.

Os produtos apresentados no evento de comemoração foram:

- Relatório Técnico e Sumário Executivo “Avaliação do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores” – Convênio com o Laboratório LIMA/COPPE/UFRJ;
- Relatório Técnico e Sumário Executivo “Avaliação do Programa de Inspeção e Manutenção dos Veículos Automotores em Uso no Rio de Janeiro” - Convênio com o Laboratório LIMA/COPPE/UFRJ;
- Caderno Institucional “PROCONVE: 20 Anos Respirando um Ar Melhor” – SQA/MMA.

Principais Impactos Positivos na Sociedade apresentados nos produtos:

a) Redução das emissões de poluentes na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP entre 1986 e 2006 (%)



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2006

Poluentes	Veículos Leves- Gasolina	VL-Alcool	Veículos pesados	Motos 150 cc.
CO	99 %	95%	79%	76%
HC	96%	89%	74%	81%
NOx	94%	92%	12%	47%
Aldeídos	92%	90%	n.d.	n.d.
Material Particulado	n.d.	n.d.	20%	n.d.

b)

Inovações Tecnológicas - Veículos Leves

Fases I (1988 a 1991)	• Reciclagem dos gases de escapamento para controle das emissões de NOx • Injeção secundária do ar no coletor de exaustão para o controle de CO e HC • Amortecedor da borboleta do carburador para controle do HC • Otimização do avanço da ignição
Fase II (jan/92 a dez/96)	• Injeção eletrônica • Carburadores assistidos eletronicamente • Conversores catalíticos
Fase III (jan/97 a jan/05)	• Conversores catalíticos de três vias • Sistemas eletrônicos de injeção e ignição do combustíveis • Sonda de oxigênio no coletor de gás de escapamento para retroalimentação do controle da mistura ar / combustível

c) Diretrizes Básicas para os Programas de Inspeção e Manutenção Veicular - Resolução 07/1993

- No Rio de Janeiro: convênio FEEMA/ DETRAN
- Projeto de Lei no. 5.979/2001 em discussão no Congresso Nacional.

d) Melhoria das Características Técnicas dos Combustíveis

- Eliminação do uso de aditivos a base de chumbo na gasolina
- Redução do teor de enxofre no óleo diesel, de 13.000 ppm em 1980 para 500 ppm (diesel metropolitano) e 2000 ppm (diesel interior) em 2006.



e) Conscientização da População Quanto à Poluição Veicular

- Operações estaduais e municipais de fiscalização da fumaça preta
- Orientações para a manutenção e otimização do uso dos combustíveis aos proprietários de veículos pesados

f) Estabelecer medidas de avaliação dos resultados alcançados

- Elaboração, pelos órgãos ambientais de alguns Estados, de Inventários de emissões, identificando as contribuições de cada fonte.

- Compilação de fatores médios de emissão dos veículos novos leves, pesados, motocicletas e da frota circulante.

g) Resultados Adicionais

Geração de empregos – aumento dos postos de trabalho nos mais diferentes níveis de especialização (e.g.: pesquisa, engenharia, laboratórios)

Capacitação Técnica – melhoria da capacitação técnica de mecânicos e das oficinas para lidar com veículos modernos

h) Benefícios à saúde humana: Dados da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP entre 1986-2005

	Cardiovasculares	DPOC	Câncer de Pulmão	Total
Mortes Evitadas	11.890	1.396	1.209	14.495
Economia Estimada				US\$ 1.32 bilhão

II - Inventário de Fontes Móveis:

O Inventário de Fontes Móveis, cuja elaboração está sendo conduzida no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Hewlett, está praticamente finalizado faltando apenas alguns ajustes, tendo sua entrega prevista para fevereiro de 2007. O objetivo do trabalho é apresentar um inventário de emissões de fontes atmosféricas por fontes móveis e a metodologia que possibilite sua atualização sistemática pelo MMA.

III - Inventário de Fontes Fixas (industriais) e Fontes Agrossilvopastoris:

A elaboração dos termos de referência para os inventários de fontes industriais e fontes agrossilvopastoris está em fase de finalização. A licitação e possível contratação serão finalizadas em 2007.



4.5.7.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

4.5.7.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Tomás Togni Tarquínio	Assinatura:
-----------------------------	-------------

4.5.8 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2B87 - Capacitação para Qualidade Ambiental.

4.5.8.1 – Objetivo

Capacitar técnicos dos órgãos gestores de meio ambiente, de outros órgãos de Governo, do setor produtivo, de organizações não governamentais e de agências financiadoras em temas relacionados à qualidade ambiental.

4.5.8.2 - Descrição

Serão estruturados e ministrados cursos de atualização, formação e capacitação de técnicos que atuam em diferentes áreas de governo, do setor produtivo, não-governamentais e de agências financiadoras para que possam atuar, de forma mais efetiva, na proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Serão realizados também seminários e ciclo de palestras sobre temas específicos.

4.5.8.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Técnicos ambientais capacitados	UNIDADE	300	207

4.5.8.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
----------------------------	----------------	-------------------------	-----------	-----------



935.200	278.025	657.175	657.175	657.175
---------	---------	---------	---------	---------

4.5.8.5 – Resultados Alcançados

As capacitações foram executadas por 2 Gerências distintas no âmbito de 2 Diretorias (Programa de Qualidade Ambiental e Diretoria de Gestão de Riscos Ambientais).

1- Realização de Cursos de Capacitação em Plano de Emergência Individual - PEI. Objetivos: desenvolver atividades teóricas e práticas relevantes para melhorar a compreensão sobre os Planos de Emergência Individual – PEI, ressaltando-se a obrigatoriedade de sua implementação, conforme Resolução CONAMA 293 de 2001; e uniformizar os entendimentos relacionados à mencionada resolução por parte dos representantes dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAS e técnicos dos portos brasileiros, contribuindo para melhoria do processo de checagem da implementação da mesma e auxiliando na análise crítica dos planos elaborados pelas empresas.

a) 1o Curso Realizado entre os dias 03 e 04 de maio de 2006 com a presença de 23 participantes. Órgãos ambientais capacitados neste evento: IBAMA/DF, SEMACE/CE, IMA/AL, IEMA/ES, SEMA/AP, CPRH/PE, CRA/BA, SUDEMA/PB e SECTAM/PA;

b) 2o Curso: Realizado entre os dias 05 e 06 de junho de 2006 com a presença de 18 participantes. Órgãos ambientais capacitados neste evento: FEAM/MG, CRA/BA, FEEMA/RJ, IAP/PR, ANTAQ/DF, CETESB/SP, IDEMA/RN e técnicos do MMA.

c) 3o Curso: Realizado entre os dias 13 e 14 de setembro de 2006 com a participação de 28 pessoas. Este curso foi realizado por meio de uma parceria do MMA/SQA com a ANTAQ e os órgãos capacitados foram: EMAP/MA, DERSA/SP, ANTAQ, APPA/PR, CODESP/SP, DNIT/DF, Cia. DOCAS de Imbituba/SC, CODEBA e CDP/PA.

Por meio de avaliação ao término do curso, os participantes avaliaram o programa e carga horária, o material didático, a metodologia aplicada, os instrutores e a aplicabilidade do curso as suas necessidades profissionais. De forma geral, todos os itens foram bem avaliados pelos participantes.

2- Realização do Curso para Capacitação em Gerenciamento da Qualidade do Ar. O curso foi realizado com recursos provenientes da ação 8663 - Capacitação para o Controle da Poluição Atmosférica vigente em 2005. O objetivo foi o apoio aos órgãos estaduais de meio ambiente, por meios da capacitação de seus técnicos, para a implementação e aprimoramento dos programas locais voltados para o combate e controle da poluição atmosférica. O curso foi realizado de 18a a 22 de setembro de 2006, com carga horária de 40 horas e 54 participantes.

Assuntos abordados: A legislação brasileira relacionada com a preservação da qualidade do ar; o estado da arte da poluição atmosférica; aspectos meteorológicos relacionados à qualidade do ar; monitoramento e controle de queimadas e incêndios florestais; monitoramento da qualidade do ar; inventário de poluentes atmosféricos; controle da



poluição por fontes fixas; controle da poluição veicular; o Proconve e os Programas de inspeção e manutenção veicular; mudanças climáticas e o inventário de emissões de gases de efeito estufa e estudos de avaliação e valoração dos impactos da poluição atmosférica na saúde humana.

Órgãos participantes: órgãos ambientais dos estados de Acre; Alagoas; Amapá; Amazonas; Bahia; Ceará, Distrito Federal; Goiás; Maranhão, Mato Grosso; Minas Gerais; Pará; Paraíba; Pernambuco; Piauí; Rio Grande do Norte; Rondônia; Roraima; Rio Grande do Sul; Santa Catarina; São Paulo; Sergipe; Tocantins e IBAMA.

3- Em prosseguimento às ações de promoção de uma estratégia nacional de Produção Mais Limpa (P+L), o MMA iniciou a implantação de dos Fóruns Estaduais de Produção P+L, cujo propósito principal é o estabelecimento de um ambiente para discussão e articulação das práticas de P+L com os diversos setores da sociedade.

Em 2006 foram instalados oito Fóruns Estaduais de P+L (Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e realizado três cursos de capacitação dos gestores públicos e técnicos de órgãos ambientais na metodologia de P+L. O objetivo do curso é introduzir os fundamentos, conceitos e a metodologia de P+L da UNIDO/UNEP, visando a utilização desses conhecimentos nas atividades diárias de avaliação e análises de projetos.

Assim, foram capacitados técnicos dos órgãos ambientais do Amazonas (26), Bahia (30) e Pernambuco (28), num total de 84 participantes, por meio da contratação do Centro Nacional de Tecnologias Limpas CNTL/SENAI – RS. Já estão contratados cursos para os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina que serão ministrados em 2007.

A execução da ação ficou menor do que o previsto porque ao longo de 2006 foram realizadas 2 licitações para cursos de Capacitação em Auditoria Ambiental segundo a Resolução CONAMA 306/2002 voltada para o setor de petróleo (280 pessoas a serem capacitadas) e em Sistema de Gestão Ambiental (150 pessoas a serem capacitadas) cujos resultados saíram apenas em dezembro e a contratações devem ser realizadas entre fevereiro e março de 2007. A execução física desses cursos será relatada em 2007.

4.5.8.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

4.5.8.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Ruy de Góes Leite de Barros e	Assinaturas:
-------------------------------------	--------------



Marília Marreco Cerqueira	
---------------------------	--

4.5.9 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2B88 – Preservação e Recuperação de Danos Ambientais
--

4.5.9.1 – Objetivo

Desenvolver, disponibilizar e aplicar alternativas tecnológicas que possibilitem a recuperação de áreas degradadas por incidentes de derramamentos de óleo em água causados pela indústria de petróleo.

4.5.9.2 - Descrição

Na preservação pretende-se que ocorra a estruturação dos Planos de Emergência Individuais (PEIs) e dos Planos de Área (PAs) consolidados no Plano Nacional de Contingência (PNC), que foram estabelecidos como exigência na Lei Federal 9966/2000. A citada estruturação será promovida pela articulação da aprovação do Projeto de Decreto que instituirá o PNC, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei 9966/2000. A implementação se dará pela disponibilização de recursos como estabelece o Art.30 do referido projeto de dispositivo legal: “as instituições componentes da Comissão Coordenadora do PNC incluirão no Plano Plurianual do Governo Federal na previsão de seus orçamentos, recursos financeiros específicos para implantação e manutenção das suas respectivas estruturas para cumprimento das atribuições previstas no PNC”. O acompanhamento contínuo da legislação de petróleo, a sistematização de informações ambientais, o desenvolvimento de estudos ambientais de preservação do meio ambiente nas áreas de influência, a identificação e mapeamentos de instalações e infra-estruturas ligadas à atividade de petróleo, comporão a análise da sensibilidade quanto à poluição por óleo no território brasileiro. Na recuperação pretende-se que ocorra o desenvolvimento de estudos ambientais para reabilitação de áreas degradadas por derramamento de óleo dentro de procedimentos técnicos que contemplem a interrupção de descarga de óleo, a contenção do
--



derramamento de óleo, a proteção de áreas vulneráveis, o monitoramento da mancha de óleo derramado, o recolhimento do óleo derramado e a limpeza das áreas atingidas.

4.5.9.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Diretriz padronizada	UNIDADE	2	1

4.5.9.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
850.129	62.717	787.412	744.752	744.752

4.5.9.5 – Resultados Alcançados

a) A estrutura final do Sistema de Informações sobre Incidentes de Poluição por Óleo nas Águas Jurisdicionais Brasileiras – SISNÓLEO foi entregue com a finalização de um Convênio firmado com a Fundação COPPETEC/UFRJ. Este sistema de informações permitirá o recebimento e repasse de comunicação em tempo real de incidente de derramamento de óleo com enfoque na sistematização e disponibilização de informações ambientais para a preservação do meio ambiente nas áreas de influência das atividades da indústria de petróleo e no enquadramento das atividades petrolíferas no ordenamento dos espaços e recursos naturais.

b) Entregue a versão final do “Relatório Síntese quanto a Disponibilidade e Sistematização das Informações utilizadas na Elaboração das Cartas SAO das Bacias do Ceará e Rio Grande do Norte – Avaliação dos Resultados, Possibilidades de Melhorias e Utilização no SISNÓLEO”.

c) A proposta de Decreto do Plano Nacional de Contingência - PNC foi consolidada a partir dos comentários enviados pelos Ministérios envolvidos e está sob análise do IBAMA. Será enviada à Casa Civil no 1º semestre de 2007.

d) Os recursos descentralizados para o IBAMA contribuíram na estruturação daquele órgão para Atuação na Prevenção, Controle e Fiscalização da Poluição Causada por Lançamento de Óleo. O relatório de atividades está sendo aguardado para maiores esclarecimentos dos objetivos alcançados.

e) Implantação do processo de revisão da Resolução CONAMA nº 293/2001, feito no âmbito da Secretaria. Foi iniciada a discussão das sugestões de alteração do documento,



com um grupo de trabalho, formado com base no processo de elaboração deste mesmo regulamento. Foram realizadas 3 reuniões, com a participação de 29 técnicos, representantes das seguintes instituições: MMA, FEEMA/RJ, IAP/PR, IBP, MME, CONAMA, Marinha do Brasil, CETESB, MT, IBAMA/DF, CGPEG-IBAMA/RJ, ANTAQ, CRA/BA, DNIT, ANP, ABPCEA.

f) O Grupo de Monitoramento Permanente - GMP da Resolução CONAMA 362/05 realizou um Seminário de divulgação das diretrizes da referida Resolução. O Seminário teve o objetivo de uniformizar os entendimentos entre as partes interessadas e os técnicos dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs, responsáveis pela fiscalização e licenciamento de empreendimentos de coleta, transporte, armazenagem e rerrefino de óleos lubrificantes usados e/ou contaminados - OLUCs. Diversos órgãos e o setor privado estiveram presentes num total de 120 pessoas participantes.

Um dos desafios atuais para o Ministério do Meio Ambiente na área de Petróleo está sendo criar alternativas para ampliar seu orçamento com recursos da fonte 142 (participação especial na produção de petróleo). Para isso, estão sendo tomadas providências em conjunto com a SOF e outros órgãos responsáveis.

4.5.9.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

--

4.5.9.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Tomás Togni Tarquínio	Assinatura:
-----------------------------	-------------



5. PROGRAMA: 8007 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

5.1- OBJETIVOS:

5.1.1– Objetivo Geral

Proporcionar meios para a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, com ênfase na eliminação de lixões, na erradicação do trabalho infantil e juvenil nos lixões e nas ruas, bem como promover a inserção social de catadores de materiais recicláveis.

5.1.2 – Objetivo Setorial

Promover a prevenção da geração e a redução dos resíduos em áreas urbanas e rurais e a adoção de sistemas de gestão e planejamento ambiental.

5.2 – INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO

5.2.1 – Nome

I – Taxa de municípios com disposição adequada de Resíduos Sólidos

5.2.1.1 – Descrição

Por disposição adequada de resíduos sólidos, entende-se a disposição passível de licenciamento ambiental, tal como a disposição final em aterros sanitários; destinação a estações de triagem, reciclagem e compostagem.



5.2.1.2 – Tipo de Indicador :

De Eficácia	De Eficiência	De Efetividade
	X	

5.2.1.3 – Fórmula de Cálculo e Método de Medição

Relação percentual entre o número de municípios com disposição adequada de resíduos sólidos em relação ao total de municípios com coleta.

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS.

5.2.2 – Avaliação do Resultado

--

5.3 – GERENTES

5.3.1- Gerente do Programa

Victor Zular Zveibil

5.3.2.- Gerente Executivo do Programa

Rudolf de Noronha

5.4 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE RESPONSABILIDADE DO MMA QUE COMPÕEM O PROGRAMA

Código	Descrição
18.541.8007.004B.0001	Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes
18.128.8007.86AA.0001	Capacitação de Agentes para a Gestão Ambiental de Resíduos Urbanos
18.122.8007.2272.0001	Gestão e Administração do Programa



5.4.1 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

004B – Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes

5.3.1.1 – Objetivo

Apoiar técnica e financeiramente a execução de projetos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, obras e equipamentos para a disposição final de resíduos, unidades de tratamento e sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos associados a sistemas de gerenciamento integrado e à recuperação de áreas degradadas.

5.3.1.2 - Descrição

Fomentar a execução de projetos locais de gerenciamento integrado de resíduos sólidos dentro de critérios ambientais, técnicos e operacionais, de saúde, sociais e de suplementação ou complementação de programas do governo federal, visando a recuperação de lixões.

5.3.1.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Projeto apoiado	Unidade	5	4

5.3.1.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO + CRÉDITO (INCLUINDO EMENDAS)	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.480.027	326.915	1.153.112	784.918	784.918

5.3.1.5 – Resultados Alcançados

No âmbito da Ação 004B “Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2006

Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 habitantes”, no ano de 2006, foram celebrados 4 convênios para apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.

Essa ação recebeu emendas parlamentares diversas, no valor total de R\$ 2.070.000,00. Deste montante, foram empenhados R\$ 140.000,00, para o município de Guaíra-SP, (emenda individual); R\$ 341.000,00 para a Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul-PR e R\$ 84.000,00 para a Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR (emendas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) ou seja 27,29% do total.

Segue no Quadro I a relação de projetos apoiados com os Estados e Municípios (dentre emendas parlamentares e Orçamento Geral da União), os valores empenhados, os objetos do convênio e a população a ser beneficiada.

Quadro I					
ITEM	CONVENIENTE	UF	VALOR EMPENHADO (R\$)	OBJETO DO CONVÊNIO	POPUL.
1	Prefeitura Munic. de Guaíra	SP	140.000,00	Apoiar aquisição de equipamento de coleta de resíduos sólidos urbanos.	34.610
2	Prefeitura Munic. de Laranjeiras do Sul	PR	341.000,00	Apoiar aquisição de veículos para coleta convencional e transporte de resíduos sólidos e cestos de calçadas.	30.025
3	Instituto Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IEMA	ES	304.024,00	Elaboração do Projeto de Regionalização do serviços de Gerenciamento de resíduos sólidos.	3.097.497
4	Prefeitura Munic. de Pato Branco	PR	84.000,00	Apoiar aquisição de equipamento de coleta de resíduos sólidos urbanos.	62.234
	TOTAL		R\$ 869.024,00		3.224.366

Com a execução desses convênios, será possível beneficiar uma população de 3.224.366 habitantes, distribuídos em 3 estados da Federação, contribuindo para o alcance das metas do Programa.

Referente aos convênios em execução pelo Programa Resíduos Sólidos Urbanos, alguns municípios inscritos em restos a pagar em anos anteriores, foram pagos neste ano. Desta forma, foram alocados recursos para os municípios de Rio Verde-GO (R\$ 364.196,00), Naviraí-MS (R\$ 332.000,00), João Pessoa-PB (R\$ 490.000,00), Cana Verde-MG (R\$ 72.800,00).

Os Convênios aprovados em 2005 foram inscritos em Restos a Pagar e também tiveram 100% dos seus recursos liberados em 2006. Desta forma, foram alocados recursos para os municípios de Jacarezinho-PR (R\$ 341.818,00), Jales-SP (R\$ 100.000,00), Paranavaí-PR (R\$ 120.000,00), Cianorte-PR (R\$ 120.000,00), Coronel Fabriciano-MG (R\$ 70.000,00), Dourados-MS (R\$ 150.000,00), Cornélio Procópio-PR (R\$ 280.000,00), Alfredo Chaves-ES (R\$ 100.000,00), Campo Mourão-PR (R\$ 120.000,00) e Lapa-PR (R\$ 200.000,00), num total de R\$ 1.601.818,00.



Referente aos convênios em execução pelo Programa Resíduos Sólidos Urbanos, ainda ficou em aberto a alocação de recursos no valor de R\$ 727.000,00 para o município de Novo Gama – GO, convênio celebrado em 2002 com este Ministério, que havia sido inscrito em restos a pagar em 2003 e não foram pagos no ano seguinte. Para concluir o pagamento das parcelas ainda em aberto desse convênio, a SQA solicitou a aprovação de Crédito Suplementar ao Congresso Nacional. Não foram aprovados os créditos em dezembro de 2006, não sendo alocados os recursos para o município. Em 2007, o convênio deverá ser cancelado e os recursos já repassados (R\$ 81.000,00) devolvidos à União.

Dos 92 convênios em 2006, 26 foram encaminhados para Tomadas de Contas Especial; 15 foram aprovados tecnicamente; 20 estão em vigência e 31 ainda encontram-se em análise.

5.3.1.6– Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

Para esta Ação houve um decréscimo no montante dos recursos financeiros referentes a emendas parlamentares em comparação ao ano anterior, diminuindo de R\$ 14.840.000,00 em 2005 para R\$ 2.070.000,00 em 2006, ou seja, aproximadamente 13,96%.

O contingenciamento orçamentário - principalmente dos recursos de Emendas Parlamentares – continua sendo a maior restrição para a execução do planejamento das atividades desta ação.

Uma outra restrição é a baixa capacidade dos municípios para a elaboração dos projetos e planos a serem apresentados como proposta para esta gerência e grande quantidade de municípios com restrições cadastrais ou inscrição no Cadastro de Inadimplente do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI, o que impossibilita a celebração dos convênios.

5.3.1.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



5.3.2 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

86AA - Capacitação de Agentes para a Gestão Ambiental de Resíduos Urbanos

5.3.2.1 – Objetivo

Dar sustentabilidade aos projetos de resíduos sólidos urbanos municipais apoiados pelo MMA, por meio da adequada operação dos sistemas e do incentivo ao controle social sobre a eficiência da operação dos projetos.

5.3.2.2 - Descrição

Capacitação de atores locais para elaboração de Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos; elaboração de planos de coleta e varrição e projetos específicos de unidades de tratamento e disposição final de lixo; mobilização social e educação ambiental para a limpeza urbana e para o monitoramento da eficiência na aplicação dos investimentos federais; implantação da coleta seletiva de lixo em parceria com associações de catadores de material reciclável; gerenciamento e operação dos projetos.

5.3.2.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
Município capacitado	unidade	50	1

5.3.2.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
684.151	-	684.151	683.967	683.967

5.3.2.5 – Resultados Alcançados

No âmbito da Ação 86AA - “Capacitação de Agentes para a Gestão Ambiental de Resíduos Urbanos”, no ano de 2006, foi celebrado um convênio com o **Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA/DF**, com o objetivo de “Apoio à realização do V Festival Lixo e Cidadania, no valor de R\$ 40.250,00 sendo R\$ 30.000,00 do concedente (MMA) e R\$ 10.250,00 de contrapartida do conveniente.

A equipe representa o MMA no Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis, cujo objetivo é viabilizar as diversas ações do governo federal, para atender as necessidades dos catadores. Este ano, especialmente dois temas foram enfatizados, com o objetivo de ampliar o campo de trabalho para os catadores: o Decreto 5940 e o Edital do BNDES.



O Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, **institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis**. Para apoiar a sua implementação, foi criado um grupo de trabalho para elaboração de documentos técnicos e ações para orientação aos órgãos e entidades cumprirem o disposto no decreto.

Em convergência a todas as iniciativas de apoio aos catadores, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES lançou um Edital de **“Apoio a projetos de Catadores de Materiais Recicláveis”** com linha de crédito para investimentos em infra-estrutura e fortalecimento das cooperativas de catadores. O objetivo é fortalecer o segmento dos catadores de material reciclável e possibilitar a elevação da renda, a melhoria das condições de trabalho e a ampliação das oportunidades ocupacionais nas cooperativas. Para o atendimento a todas obrigações constantes no edital, esta Secretaria apoiou as organizações dos catadores quando solicitou prioridade aos Órgãos Estaduais de meio ambiente para análise dos projetos como forma de agilizar o licenciamento.

Em apoio ao Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental (Rio São Francisco), foram apoiados 2 convênios:

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco – SECTMA, com o objetivo da realização do **“Gerenciamento Integrado dos resíduos sólidos da bacia hidrográfica do Rio Moxotó”**, no valor total de R\$ 623,068,12, sendo R\$ 560.761,31 do concedente (MMA) e R\$ 62.306,81 de contrapartida do conveniente;

Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia, com o objetivo da **“Implantação de Aterro Sanitário, recuperação de área degradada pelo lixo”**, no valor total de R\$ 1.486.896,22, sendo R\$ 1.398.976,22 do concedente (MMA) e R\$ 87.920,00 de contrapartida do conveniente.

5.3.2.6 – Medidas a Implementar (No caso de problemas na execução)

O pagamento de despesas correntes - principalmente despesas com pessoal temporário e terceirizado – continua dispendendo o maior volume de recursos, dificultando a execução das atividades previstas de apoio a projetos na ação.

Em 2007, as atividades desta Ação deverão ser desenvolvidas no apoio aos Projetos de Regionalização dos Serviços de Gestão de Resíduos Sólidos nos Estados e no Apoio à



Capacitação de Agentes para a Gestão Ambiental de Resíduos Urbanos, nos moldes do convênio realizado com o Instituto Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – IEMA – ES, onde, com poucos recursos, é possível colaborar na elaboração de um planejamento estadual e alcançar um maior número de beneficiários.

Em 2006 estava prevista a contratação de uma instituição para a capacitação de municípios para coordenação, realização e avaliação de 03 (três) seminários de sensibilização para gestores públicos dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e de 06 cursos técnicos para profissionais de nível municipal, sob a área de influência da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Essa contratação não pôde ser efetivada, uma vez que a licitação não foi homologada, tendo em vista o redirecionamento das políticas públicas para a área de resíduos sólidos. Espera-se que a contratação seja realizada no primeiro semestre de 2007, com as adequações necessárias para .

Ainda existe uma grande quantidade de processos de convênios para análise de prestação de contas final. Para a conclusão desses trabalhos, e o acompanhamento dos convênios celebrados, os técnicos e Analistas Ambientais desta gerência têm dedicado a maior parte do seu tempo. Para o acompanhamento das obras dos convênios em vigência e conclusão das prestações de contas dos convênios encerrados, foram realizadas 13 vistorias pela equipe técnica.

A equipe técnica participou de 29 eventos externos (incluindo viagens internacionais), para as atividades de articulação com os parceiros de execução do programa, participação em eventos técnicos, congressos e outros eventos de discussões sobre os temas relacionados e sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cujo Anteprojeto de Lei se encontra na Casa Civil-PR, para ser encaminhada ao Congresso Nacional.

5.3.2.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



5.3.3 – AÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2272 - Gestão e Administração do Programa

5.3.3.1 – Objetivo

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

5.3.3.2 - Descrição

5.3.3.3 – Meta Física

Descrição	Unidade	Programada	Executada
-	-	-	-

5.3.3.4 – Meta Financeira (Em R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
179.341,00	4.791	174.550	170.819	170.819

5.3.3.5 – Resultados Alcançados

Os recursos foram aplicados na contratação de pessoal civil por tempo determinado, diárias, passagens e serviços gráficos.

Foi elaborado, em conjunto com o Ministério das Cidades a publicação “**Áreas de Manejo de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos – Orientações para o seu licenciamento e aplicação da Resolução Conama 307/2002**”, tendo sido impressos 8.000 exemplares que serão distribuídos em 2007 aos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, aos segmentos da sociedade civil e às universidades.

5.3.3.6 – Medidas Implementadas e/ou a Implementar (No caso de problemas na execução)

5.3.3.7 - Responsável pela Implementação

Nome: Rudolf de Noronha – Coordenador de Ação	Assinatura
--	------------



10 – CONCLUSÃO

A Secretaria de Qualidade Ambiental - SQA, com um orçamento consignado pela Lei nº 11.306/06, no valor de R\$ 14.462.170 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e setenta reais), teve como limite fixado para movimentação e empenho, o montante de R\$ 9.421.805 (nove milhões, quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e cinco reais), dos quais foram empenhadas despesas no montante de R\$ 8.801.805 (oito milhões, oitocentos e um mil, oitocentos e cinco reais), portanto uma execução de 93,4% dos recursos disponibilizados.

A execução das metas físicas e avaliação dos resultados alcançados pelos Programas *Zoneamento Ecológico Econômico*, *Gestão do Patrimônio da União*, *Qualidade – PROCONTROLE* e *Resíduos Sólidos Urbanos*, foram descritas no presente no relatório, bem como, registradas no SIGPLAN, no que se refere ao Plano Plurianual -PPA 2004-2007.

Brasília, 13 de fevereiro de 2007

VICTOR ZULAR ZVEIBIL
SECRETÁRIO DE QUALIDADE AMBIENTAL